

#084 | 10 de dezembro de 2023

Análises de Cenários, Ensaaios, Tendências

A VÍRGULA

Para não errar na interpretação dos fatos políticos

#084

O NEGOCIADOR

Hoje aliadíssimo de Lula, Geraldo Alckmin vai orquestrar avanços e recuos do PSB nas eleições municipais

Vice-presidente, por exemplo, vai sustentar a deputada Tábata Amaral e se opor a Lula, ao lado de Boulos, em São Paulo; mas pode ser o fiel da balança para apoiar o PT em outras disputas

O PLANO

Direita bolsonarista mira dominação das grandes cidades em 2024 em busca de hegemonia
Pág. 8

COP-28

Preso no "milagre" do pré-sal, Brasil tropeça em contradições no debate ambiental
Pág. 13

ENTREVISTA

"Sem transformação energética, hoje estamos correndo atrás do prejuízo"
Pág. 16

O NEGOCIADOR

Hoje aliadíssimo de Lula, Geraldo Alckmin vai orquestrar avanços e recuos do PSB nas eleições municipais

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho passou 34 anos de sua vida filiado ao PSDB. Antes disso, havia transitado pelo MDB. A dissidência do Movimento Democrático Brasileiro, ao qual havia se filiado em 1970, ainda durante o regime militar, se deu por descontentamento. Acompanhado de Mário Covas e José Serra, fundou o Partido da Social Democracia Brasileira, em 1988. Em 23 de março do ano passado, passou a integrar os quadros do Partido Socialista Brasileiro com uma única finalidade: ser vice de Lula.

Hoje vice-presidente do Brasil, e no PSB, Geraldo Alckmin tem ocupado um espaço relevante. Não na vice-presidência, onde transita com certa discrição, e sim nos entremeios da política partidária. Em São Paulo, tem sustentado a candidatura de sua colega de partido Tábata Amaral, pré-candidata a prefeita da capital contra o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), e Guilherme Boulos (Psol), que tem o apoio do PT. Esse promete ser o principal embate entre Alckmin e Lula. Mesmo que o confronto não seja frontal nem literal, os dois estarão em lados opostos – ao menos no primeiro turno – na campanha paulistana.

Nela, Tábata pode almejar o voto de uma parcela do eleitorado que não se dispõe a endossar Boulos ou o atual prefeito; e, muito menos, um candidato raiz da

O NEGOCIADOR

Hoje aliadíssimo de Lula, Geraldo Alckmin vai orquestrar avanços e recuos do PSB nas eleições municipais

extrema-direita, como o deputado federal Ricardo Salles (PL). Tábata pode ser vital no sangramento eleitoral desse bloco de direita e da extrema-direita.

A deputada se consolidou mais ao centro após defender a Reforma da Previdência, em 2019. Tábata era adorada pela esquerda no início de seu mandato, mas após tal decisão passou a ser alvo de discursos de ódio desse espectro nas redes sociais. Hoje, nesse contexto, tem certa rivalidade com o Psol de Boulos, mas suas atitudes a fizeram ficar com “a cara” (não de chuchu) de Alckmin.

Em Pernambuco, reduto cativo dos socialistas, no entanto, o PT deve estar junto com o PSB na campanha à reeleição de João Campos, prefeito do Recife. Todavia, esse tom uníssono não deve reger os passos dos dois partidos Brasil afora.

Há também arestas a serem resolvidas, como o caso de Vitória. Os deputados estaduais João Coser (PT) e Tyago Hoffmann (PSB), apesar de terem boa relação, se colocaram como pré-candidatos à prefeitura da cidade.

O PSB, do governador Renato Casagrande, tem vida própria e força em terras capixabas. E, por isso, o partido tem bancado seriedade e compromisso com o nome de Hoffmann. Todavia, Coser é prioridade no sudeste para o PT, fato que pode levar o próprio Alckmin a interferir no ímpeto socialista.

O NEGOCIADOR

Hoje aliadíssimo de Lula, Geraldo Alckmin vai orquestrar avanços e recuos do PSB nas eleições municipais

O apoio de Casagrande é fundamental para o lado progressista na capital, pela força da máquina e da capacidade do governador de dialogar mais ao centro e à centro-direita. O PSB tem conquistado esse espaço, quer voos mais altos e o próprio vice-presidente no partido, por seu histórico político, transparece esse momento de mais flexibilidade ideológica, digamos.

Alckmin é virtual pré-candidato a presidente da República. Essa é a vontade de seu partido, que discute um plano B: enxertar, novamente, o PSB na vice de um petista (Lula ou Haddad) em 2026. Para esse posto, especificamente, o presidente do partido socialista, Carlos Siqueira, aposta no nome de Casagrande, outra movimentação que pode definir o caso em Vitória. A eleição presidencial parece um pouco distante, dita do presente 2023, mas ela passa pelas articulações partidárias do pleito municipal do ano que vem. Daí a importância de Alckmin nesse processo.

Quem conhece bem de perto o vice-presidente diz que seu perfil não contempla uma traição a lá Michel Temer. Nem qualquer tipo de rebeldia interna. Tampouco Alckmin – que já foi prefeito de Pindamonhangaba (1977-1982), eleito governador de São Paulo por quatro vezes (2000, 2004, 2010 e 2014), além de ter sido vereador, deputado federal, vice-governador e candidato a presidente da República – pode ser considerado um cordeirinho, dado seu grande poder de

O NEGOCIADOR

Hoje aliadíssimo de Lula, Geraldo Alckmin vai orquestrar avanços e recuos do PSB nas eleições municipais

articulação e inserção no metiê político-eleitoral (seus sufrágios comprovam).

Antes mesmo da posse deste novo governo, Geraldo participou das articulações do PSB para ocupar espaços. Conseguiram acomodar o próprio vice-presidente no importante Ministério da Indústria e Comércio, Flávio Dino na Justiça e Márcio França nos Portos e Aeroportos – movido, recentemente, para o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, jabuti criado sob medida para acomodar o PSB, quando Lula resolveu abrir mais espaço para o Centrão e entregou a antiga cadeira dos socialistas ao Republicanos.

Na iminência de perderem recinto, nessa minirreforma ministerial que acomodou também o PSD e o Progressistas, os socialistas, amedrontados, correram ao gabinete de Alckmin, que desceu um andar do Palácio do Planalto, do quarto para o terceiro, onde fica o gabinete presidencial, e colocou o pé na porta de Lula. Foi aí que criaram o novo ministério, dando ao PSB o domínio sobre todo o setor empresarial: o micro, o pequeno e os grandes (contemplados na Indústria e Comércio).

Em abril deste ano, o mesmo Alckmin, no exercício de suas funções de ministro, articulou a reforma regulatória no setor de gás. **Discretamente, como manda seu perfil, tem ciscado aqui e ali, sem muitos holofotes no palco,**

O NEGOCIADOR

Hoje aliadíssimo de Lula, Geraldo Alckmin vai orquestrar avanços e recuos do PSB nas eleições municipais

mas com amplo trânsito nas coxias do Poder Executivo e da infraestrutura partidária.

A fim de fortalecer o, agora, seu PSB, com poder nas mãos e bem mais articulado que Siqueira, o presidente nacional de fato da legenda, Alckmin tem organizado o PSB para que ele ganhe musculatura a fim de negociar espaços maiores em 2026; e isso passa muito pela eleição do próximo ano, quando a chance de fazer boas alianças – e, quem sabe, prefeitos – Brasil afora pode dar fôlego ao partido, que só não perdeu mais espaços importantes no Ministério pela presença segura do ex-tucano.

Não custa lembrar, Alckmin fora adversário de Lula na campanha de 2006, quando o petista disputava a reeleição. Uma ampla articulação foi feita, no início de 2022, para que ex-concorrentes estivessem na mesma raia. O prestígio de Alckmin com o segmento de centro-direita ajudou Lula a dialogar com um público que era mais refratário ao PT, sobretudo depois da onda bolsonarista. O neossocialista passou a ser uma espécie de fiador do petista com esse eleitorado mais conservador – parte dele, não custa lembrar, decepcionado com o discurso verborrágico e as ações mal-recebidas de Bolsonaro na pandemia.

Calmamente, sem qualquer pressa, o vice-presidente vem ocupando as lacunas partidárias deixadas pelo PT, que dialoga pouco ou quase nada com partidos mais

O NEGOCIADOR

Hoje aliadíssimo de Lula, Geraldo Alckmin vai orquestrar avanços e recuos do PSB nas eleições municipais

ao centro e à direita. Diferentemente de Lula, cujas conversas partidárias passam pela oferta de espaços no governo aos partidos, Alckmin, sem o poder de indicações de grande monta, tem a oferecer lealdade a essas agremiações. São duas faces da mesma moeda.



Direita se organiza com lacradores “favoritos” para tentar triunfar nas grandes cidades em 2024

Direita se organiza com lacradores “favoritos” para tentar triunfar nas grandes cidades em 2024

Algumas tendências vão se firmando em relação ao pleito municipal de 2024, no polo da extrema-direita em aliança com os grupos conservadores reacionários; e no polo da frente ampla formada para a eleição de Lula em 2022.

Dominar as principais prefeituras brasileiras é a grande meta, movimentação que qualifica os grupos para as disputas nacional e estaduais que se travarão em 2026. Dominar a máquina pública dos principais municípios coloca-se não só como uma prioridade para ambos os polos: por se tratar de uma eleição de meio de mandato, sinaliza também o nível de satisfação com o Governo Federal, possibilitando a construção de cenários e de aspirações maiores por parte dos atores políticos.

A extrema-direita já colocou seu plano em prática, com a ideia de lançar candidaturas de parlamentares lacradores e bem votados em suas cidades, como os deputados federais Nikolas Ferreira (PL), em Belo Horizonte, Abílio Brunini (PL), em Cuiabá, Gustavo Gayer (PL), em Goiânia, e André Fernandes (PL), em Fortaleza.

Além deles, por questões de composição política e, principalmente, lealdade ao líder (Bolsonaro), o deputado Ricardo Salles (PL) pode ser candidato à prefeitura de São Paulo, assim como o ex-ministro João Roma (PL) à prefeitura de Salvador. Em Vitória, o deputado estadual Capitão Assunção (PL), lacrador repreendido após o conturbado início de ano – 8 de

Direita se organiza com lacradores “favoritos” para tentar triunfar nas grandes cidades em 2024

janeiro e outros eventos –, está colocado na disputa da capital capixaba.

Já a cidade do Rio de Janeiro, bastião da extrema-direita desde 2018, ainda é incógnita. Não se tem candidato definido, uma vez que o senador Flavio Bolsonaro (PL) foi vetado por seu pai, que ao filho determinou articular as eleições nos demais municípios fluminenses.

De qualquer forma, o PL mira em lançar candidatos próprios nas principais cidades do país, para além até das capitais, porque tem interesse em construir hegemonia em seu campo político, sem desmerecer por completo alguns de seus principais parceiros, situados em grupos alocados no Progressistas, Republicanos, MDB e União Brasil.

Lealdade e total identidade ao ex-presidente Jair Bolsonaro é a exigência básica para o apoio a toda e qualquer candidatura. A extrema-direita brasileira não compactua bem com a conciliação estratégica, exceto em situações nas quais não possui condições fáticas de se colocar como um *player* viável. Terão que aprender isso no exercício da política.

A relação com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (PL), é um desafio posto, inclusive. Mais moderado, mas eleito por causa do “chefe”, o governador, com posicionamento e decisões diferentes

Direita se organiza com lacradores “favoritos” para tentar triunfar nas grandes cidades em 2024

da grita tradicional da extrema-direita, tem irritado bolsonaristas. “Você precisa ser mais de direita”, bradam os incomodados, cientes também de que Tarcísio não é um nome facilmente descartado.

Voltemos a 2024. Frações do Centrão mantêm certa identidade com o projeto político da extrema-direita e com seu líder. O atual prefeito de Vitória, Lorenzo Pazolini (Republicanos), ainda que não filiado ao PL, é expressão dessa agenda que deseja se expandir por todo o país. E é aí que reside o grande dilema.

Sem flexibilizar, sem atrair para seu campo atores políticos fora do PL ou que não se enquadrem no perfil “raiz” de sua militância, dificilmente a extrema-direita terá condições de se capilarizar pelo território nacional. Ela precisa compreender a engenharia do mercado político brasileiro, que prescinde dos partidos para apresentar-se como opção eleitoral. Manter junto de si as frações do Centrão e, mesmo do PSDB e do MDB, é essencial para o sucesso do plano de conquistar mais espaços no contexto da sociedade brasileira, qualificando-se ainda mais para os próximos pleitos.

Esse é o caso do Espírito Santo, onde a extrema-direita possui fatia considerável do eleitorado, como demonstrado nas eleições de 2022. Haverá candidaturas do PL, ou com ele compondo a aliança, na totalidade dos 78 Municípios. O que está em jogo é a construção

Direita se organiza com lacradores “favoritos” para tentar triunfar nas grandes cidades em 2024

de uma hegemonia política de extrema-direita não só no Espírito Santo, mas em todo o Brasil.

Desde 2018, com a eleição do ex-presidente Bolsonaro, a capacidade de articulação de todo o arco ideológico da extrema-direita, aliada aos setores mais reacionários dos cristãos, evangélicos e católicos, a integrantes das forças de segurança, ao empresariado, ao agronegócio e aos militares, para ficarmos em alguns atores, tem sido responsável por uma virada de chave do equilíbrio político do país, ao menos daquele que se formou com o advento da Nova República, em 1985. Dos grandes partidos e grupos políticos que se formaram naquele momento histórico, apenas o PT e o PP, fiel sucedâneo da Arena, mantiveram-se perenes e organizados.



COP-28 Contraditório, Brasil prova que ainda está preso no “milagre” do pré-sal

COP-28 | Contraditório, Brasil prova que ainda está preso no “milagre” do pré-sal

Há mais de 15 anos, em seu segundo mandato, lá estava Lula com as mãos meladas de petróleo exibindo espécie de milagre para o Brasil. A descoberta do pré-sal faz parte do imaginário do brasileiro, como esperança de notável desenvolvimento econômico num país em desenvolvimento.

Agora em seu terceiro e notável mandato, o presidente tem tido dificuldade de sair da própria grandiosidade, acumulando série de declarações e atitudes contraditórias.

Há pouco, indicou Flávio Dino, seu ministro da Justiça, para compor o STF (Supremo Tribunal Federal), com o objetivo de afastar os fantasmas (Lava Jato) e a ponto de ignorar a posição do próprio PT. Mais do que isso: Lula contrariou seu discurso de posse e descartou o

LUPA: COP-28



COP é a sigla em inglês para Conferência das Partes. As COPs são reuniões de governos do mundo todo para avançar na implementação de tratados da ONU. As mais conhecidas são as COPs do Clima ou Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que acontecem todo fim de ano desde 1995 (exceto em 2020, na pandemia). Atualmente, essas conferências reúnem diplomatas e ministros de 197 países mais a União Europeia.

progressismo ao ignorar a indicação de uma mulher ao STF – após 23 anos, portanto, a Corte conta com apenas uma representação feminina no Colegiado, a ministra Cármen Lúcia.

Na COP-28*, sediada em Dubai, o Brasil tinha tudo para brilhar: lançou a

COP-28 | Contraditório, Brasil prova que ainda está preso no “milagre” do pré-sal

ideia de um fundo para a preservação e recuperação de florestas tropicais e sediará a COP-30 em Belém, no Pará.

Entretanto, o presidente Lula confirmou a entrada do Brasil na OPEP+, bloco de 10 nações aliadas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. A decisão contraria exatamente o principal apelo mundial – a eliminação de combustíveis fósseis – para evitar a catástrofe climática que ameaça as futuras gerações.

A adesão inoportuna ofuscou a participação brasileira na COP. O podcast *Café da Manhã*, da *Folha de S.Paulo*, mostrou que uma ONG ambientalista elegeu, com o apoio de vaías, a atitude do Brasil como a pior decisão do evento em relação ao combate à crise climática.

Em entrevista a este *A Vírgula*, o ambientalista, médico e professor Claudino de Jesus reforça a dubiedade de ações do Brasil, apesar de também reconhecer feitos importantes, como o resultado apresentado de “retração drástica do desmatamento”.

Sobre a bola fora brasileira, Claudino é enfático:

“Realmente acredito ser muito inoportuna a adesão do país à OPEP+ e, na minha visão, nada pode justificar. Tem a questão do pré-sal, da exploração da bacia amazônica, a expansão da produção dos poços já existentes, por exemplo, que podem estar por trás de tal decisão. O que não justifica de forma nenhuma”, assevera.

■ ENTREVISTA

“Perdemos o timing na transformação ambiental, e hoje estamos correndo atrás do prejuízo”



Claudino de Jesus

Médico, professor e ambientalista

“Nada justifica a adesão do Brasil à OPEP+”

A transição energética com a eliminação de combustíveis fósseis é o principal foco de ambientalistas em todo mundo para o combate à crise climática planetária. O que incomoda esses ativistas, entretanto, é o fato de tantos alertas terem sido emitidos desde a década de 1990 em contraste a pouquíssimas atitudes efetivas ao longo do tempo.

O Brasil está nesse grupo dos atrasados em ações – e a adesão à OPEP+ confirma esse desequilíbrio. Como ressaltamos na análise, por conta da dependência econômica em relação ao pré-sal, por exemplo. Nosso entrevistado desta **edição #084**, o ambientalista Claudino de Jesus, afirma que durante todo esse tempo “faltou percepção do timing da troca de modelo econômico”.

“Ou falta de interesse por parte do capitalismo canibal/predatório que caminha desde a ‘revolução industrial’ baseada nos combustíveis fósseis. Hoje estamos correndo atrás do prejuízo”, lamenta Claudino.

Abaixo, a entrevista completa:

A Vírgula: No geral, como o senhor avalia a participação do Brasil na COP-28, em Dubai?

Claudino de Jesus: Bastante razoável, apresentando feitos importantes visando redução das mudanças climáticas como a retração drástica do desmatamento,

“Nada justifica a adesão do Brasil à OPEP+”

ampliação da recuperação de áreas degradadas, o combate ao garimpo ilegal e a proteção dos povos indígenas, a ampliação da produção de energias limpas, entre outras. Porém levou consigo uma “mancha” proveniente da insistência em explorar petróleo na bacia amazônica, do baixo investimento da Petrobras em energia limpa, entre outros. As negociações paralelas foram intensas e avançaram bastante, bilateral ou multilateralmente, especialmente as comandadas pelos Ministros Marina Silva e Fernando Haddad, assim como o presidente Lula. A ampliação das doações para o Fundo Amazônico é exemplo disso, embora ainda sejam muito insuficientes frente ao desafio de proteger a Amazônia e seus povos originários. Os países mais ricos do mundo precisam desembolsar muitos bilhões de dólares/euros/libras em investimentos nos países mais pobres. Tanto em questões climáticas quanto na eliminação das tão discrepantes desigualdades sociais – estas só serão ampliadas com o avanço das consequências geradas pelo aquecimento global. Afinal, são esses países os maiores emissores de gás carbônico do planeta.

Acredita que o país tenha minado a credibilidade na defesa ao meio-ambiente com a adesão à OPEP+?

Creio que não. Minado é muito forte e definitivo. Acredito que gerou grandes descontentamentos em países e movimentos defensores da descarbonização do planeta, bem como mostrou dubiedade em relação

“Nada justifica a adesão do Brasil à OPEP+”

aos compromissos assumidos na própria COP-28 (aliás, compromissos que vêm assumindo desde o Acordo de Paris). No discurso oficial o governo anuncia que estará lá para tentar implementar uma agenda verde no grupo – o que parece desconexo com a própria existência da OPEP e seus interesses.

Para o senhor, o que justifica essa adesão inoportuna, vamos dizer? Um país preso ao “milagre” do pré-sal, por exemplo?

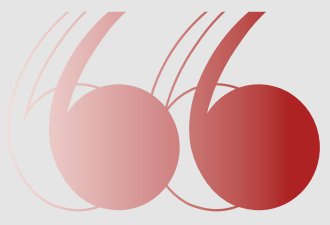
Realmente acredito ser muito inoportuna a adesão do país à OPEP+ e, na minha visão, nada pode justificar. Tem a questão do pré-sal, da exploração da bacia amazônica, a expansão da produção dos poços já existentes, por exemplo, que podem estar por trás de tal decisão. O que não justifica de forma nenhuma tal adesão. Mas espero que seja revisto à luz de nossos compromissos com a agenda ambiental mundial e a pressão que normalmente virá – interna e externa.

A principal discussão hoje mira a eliminação de combustíveis fósseis. Mas há clara dificuldade para Brasil e outros países de realizar essa transformação. O que faltou durante o tempo?

Faltou percepção do timing da troca de modelo econômico, ou falta de interesse por parte do capitalismo canibal/predatório que caminha desde a

“Nada justifica a adesão do Brasil à OPEP+”

“revolução industrial” baseada nos combustíveis fósseis. Hoje estamos correndo atrás do prejuízo... E olha que caminhos para essa transformação já surgiram no planeta faz décadas. Desde a ECO-92, tenho visto os alertas de ambientalistas e estudiosos/pesquisadores sobre o tema do aquecimento do planeta e a responsabilização dos combustíveis fósseis como o maior poluidor em relação ao lançamento de CO2 na atmosfera. Por mais que se tenha tentado desviar o foco para outros elementos que também contribuem para as mudanças climáticas em ritmo cada dia mais acelerado, não me parece haver dúvida que a transição energética é a saída e tem urgência. Ocorre que são muitos os países cuja economia depende fortemente da exploração dos combustíveis fósseis, assim como seus maiores consumidores estão dentre as maiores economias do mundo, o que representa um entrave de difícil superação. E o Brasil sofre desse mesmo mal. Mas nada é insuperável. Chegará o momento em que ou os países caminham para uma acelerada busca da eliminação de combustíveis fósseis ou o mundo caminhará para um ponto irreversível da situação com todas as consequências previsíveis e imprevisíveis.

“Nada justifica a adesão do Brasil à OPEP+”

Desde a ECO-92, tenho visto os alertas de ambientalistas e estudiosos/pesquisadores sobre o tema do aquecimento do planeta e a responsabilização dos combustíveis fósseis como o maior poluidor em relação ao lançamento de CO2 na atmosfera. Por mais que se tenha tentado desviar o foco para outros elementos que também contribuem para as mudanças climáticas em ritmo cada dia mais acelerado, não me parece haver dúvida que a transição energética é a saída e tem urgência.



E como tem se comportado o ES nessa transição? O governador Renato Casagrande, na COP, anunciou novo decreto que estabelece as medidas administrativas necessárias para transição de uso dos combustíveis fósseis para biocombustíveis nos veículos da frota da administração pública estadual. Trata-se de ação efetiva ou foi só pra aproveitar o evento?

O ES tem buscado construir políticas, ainda muito tímidas, visando à transição energética. Parece haver no governo sérias intenções no compromisso com isso. Mas é preciso agir com mais urgência e eficiência. A questão da troca de veículos da frota da administração pública estadual para veículos elétricos é uma das medidas necessárias, tanto pelo efeito que produzirá na redução

“Nada justifica a adesão do Brasil à OPEP+”

da emissão de carbono, quanto como exemplo para que setores da iniciativa privada se espelhem e venham tomar atitudes semelhantes. Mas é pouco. É preciso implantar uma política articulada, pública e privada, em um pacto que apresente um programa que demonstre efetividade em sua contribuição para a redução da emissão de carbono no mundo através da eliminação de poluentes climáticos em todas as ações sob a responsabilidade dos governos estadual e municipais, incentivos a programas e projetos desenvolvidos pela sociedade civil voltados ao tema e muitos estudos e pesquisas de novas tecnologias que possam contribuir com essa meta.



A VÍRGULA #084

Boletim semanal produzido por
Fernando Carreiro
Imagem Comunicação Inteligência



Fernando Carreiro
Diretor Editorial

Com textos, análises e colaboração de:



Felipe Izar Xavier
Editor-Executivo



Marcelo Siano Lima
Consultor



Rodrigo Medeiros
Colaborador

Confira todo nosso acervo em
www.fernandocarreiro.com.br/avirgula